



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONTRATO N. 072/2024

Contrato para a prestação de serviços especializados em digitalização e indexação, autorizado pelo Senhor Geraldo Luiz Savi Júnior, Secretário de Administração e Orçamento, nas fls. 302/318 do Procedimento Administrativo Eletrônico n. 4.834/2024 (Pregão n. 90038/2024), que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa Arquivotech Gestão da Informação Ltda., em conformidade com a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, com a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, com a Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com a Resolução n. 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 11.246, de 27 de outubro de 2022, e com as Portarias P n. 18, de 31 de janeiro de 2023, e n. 39, de 10 de abril de 2023.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor Geraldo Luiz Savi Júnior, inscrito no CPF sob o n. ***.173.219-**, residente e domiciliado em Florianópolis/SC e, de outro lado, a empresa ARQUIVOTECH GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA., estabelecida na Rua Alceu Amoroso Lima, n. 400, sala 01, Real Parque, São José/SC, telefone/whatsapp (48) 98409-3952, e-mail marcos@arquivotech.com, inscrita no CNPJ sob o n. 32.004.779/0001-00, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Diretor Executivo, Senhor Marcos Felipe Castilho, inscrito no CPF sob o n. ***.419.199-**, residente e domiciliado em São José/SC, tem entre si ajustado Contrato para a prestação de serviços especializados em digitalização e indexação, firmado de acordo com a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, com a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, com a Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com a Resolução n. 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 11.246, de 27 de outubro de 2022, com as Portarias P n. 18, de 31 de janeiro de 2023, e n. 39, de 10 de abril de 2023, e com o Pregão n. 90038/2024, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a prestação de serviços especializados em digitalização e indexação, na forma como segue:

1.1.1. Preparo dos documentos

a) recebimento dos processos judiciais que atualmente se encontram no Arquivo Central do TRE-SC, com identificação em lote;

b) a disponibilização à Contratada dos documentos a serem digitalizados dar-se-á por meio de termo de responsabilidade, assinado por seu representante, no qual estarão relacionadas as identificações dos documentos;

c) o manuseio do acervo deve ser feito de forma a garantir a integridade física e ordenação dos documentos, bem como manutenção das informações sigilosas;

d) a preparação consiste na realização de todas as atividades necessárias, dentro das melhores práticas da Arquivologia, para o procedimento de digitalização;

e) dentre as tarefas desta preparação estão o desdobramento dos documentos, a retirada de clipes, grampos e outros prendedores, a remoção de poeira e outras sujidades prejudiciais à captura das informações durante o processo de digitalização;

f) todos os acessórios e capas originais dos documentos, retirados para o processo de digitalização automática, deverão ser mantidos na ordem original para uso posterior; e

g) após a digitalização e indexação os documentos devem ser novamente montados com suas capas e acessórios originais e devidamente acondicionados em caixas-arquivo para devolução ao acervo da Justiça Eleitoral.

1.1.2. Digitalização

a) os arquivos eletrônicos gerados devem receber nomenclatura própria a ser definida pelo Gestor do Projeto e possuir tamanho máximo de 30Mb;

b) a geração eletrônica dos arquivos deve ser efetuada em imagens digitais de boa qualidade, observadas as seguintes especificações: formato PDF-A, pesquisável, metadados, múltiplas páginas, a 300 dpi, em preto e branco, ou escala de cinzas, se mais nítido;

c) nos metadados dos arquivos eletrônicos deverá constar as seguintes informações: classificação documental, data e hora da digitalização, identificação da pessoa física executora da digitalização; *hash (checksum)* da imagem;

d) conferência da quantidade e qualidade das imagens para correção de eventual divergência com os documentos físicos, inclusive de qualidade de imagem e sequência e integridade dos documentos, a ser realizada pela Contratada;

e) o controle de qualidade deverá ser realizado página a página digitalizada;

f) assinatura digital do lote de documentos digitalizados, a ser realizada pelo responsável pela gestão da prestação dos serviços contratados; e

g) gravação dos documentos digitalizados em mídia HD para entrega ao Gestor do Projeto.

1.1.3. Indexação e cadastramento

a) a indexação consiste na edição dos metadados (semântica) dos processos judiciais, até o número máximo de 5 (cinco), identificando no conteúdo dos documentos os campos nomeados de busca (ex. número e classe do processo, data de autuação, etc.);

b) o cadastramento dos documentos digitalizados, a ser realizado pela Contratada, deverá ter por base a inserção dos metadados dos documentos, a partir dos indexadores definidos no projeto de digitalização, no sistema informático disponibilizado pelo TRE-SC;

c) controle de qualidade do serviço, a ser realizado pelo Contratante a partir da análise dos resultados obtidos nas etapas de digitalização e indexação dos documentos no que tange à qualidade da imagem capturada e quesitos de nitidez e legibilidade e a correção na inserção dos metadados no sistema informático do TRE-SC; e

d) nos casos de falta de qualidade da imagem gerada, esta deverá ser regerada pela Contratada.

1.2. Os serviços deverão ser prestados no **Arquivo Central do TRE-SC**, no prédio dos Cartórios Eleitorais de **São José/SC**, na Rua Luiz Fagundes, s/n, esquina com a Av. Beira Mar de São José/SC.

1.3. Na realização da digitalização deve ser observada a Resolução CNJ n. 469 de 31/08/2022, que estabelece diretrizes e normas sobre a digitalização de documentos judiciais e administrativos e de gestão de documentos digitalizados do Poder Judiciário e o Manual de Digitalização de Documentos do Poder Judiciário, publicado pelo CNJ, edição de 2023, bem como edições posteriores, durante a vigência deste contrato.

1.3.1. A digitalização deverá atender os objetivos de preservação e difusão da memória da Justiça Eleitoral.

1.4. O espaço físico e o mobiliário necessários para a execução do projeto de digitalização serão disponibilizados pelo Tribunal, bem como um computador com acesso à rede para indexação das imagens digitalizadas no repositório institucional, conforme especificação contida no item 11 do estudo técnico preliminar. A infraestrutura tecnológica para realização da digitalização, por sua vez, deverá ser fornecida pela Contratada.

1.4.1. Serão aceitos equipamentos de digitalização conforme especificado a seguir, considerando o formato e o estado de conservação dos documentos a serem digitalizados:

a) escâner de produção: para documentos planos em páginas simples em bom estado de conservação; e

b) escâner de mesa (*flat bed* A3): para documentos planos em páginas simples, fisicamente frágeis ou em papel seda.

1.4.2. **Ficam proibidos** os escâneres de captura digital com mecanismo de alimentação automática para a digitalização de documentos frágeis ou em papel seda, devido ao risco potencial de danos físicos aos originais.

1.5. Requisitos funcionais

a) obter imagens digitalizadas para acesso *on-line*;

b) reduzir o tempo gasto com a localização de documentos;

c) evitar a degradação do documento original, com acesso à informação por meio de outras mídias;

d) prevenir eventuais perdas da informação ocasionadas por acidentes, catástrofes ou ocorrência de sinistros; e

e) permitir pesquisas pelo conteúdo do documento por meio de sistemas informatizados.

PARÁGRAFO ÚNICO

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 90038/2024, de 16/09/2024, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em 16/09/2024, por meio do Sistema COMPRAS.GOV.BR, e dirigida ao Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar dos serviços deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. A Contratante pagará à Contratada, pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, descritos na Cláusula Primeira, o valor unitário de R\$ 0,2390 por imagem digitalizada em cada lote, correspondendo uma imagem por página de documento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR ANUAL ESTIMADO

3.1. O presente Contrato tem como valor anual estimado a importância de R\$ 144.834,00 (cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e trinta e quatro reais), considerando-se a digitalização e indexação de cerca de 606.000 (seiscentas e seis mil) páginas de documentos do acervo do Tribunal.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

4.1. O presente Contrato terá vigência de **5 (cinco) anos**, a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 10 (dez) anos, nos termos da Lei n. 14.133/2021.

4.1.1. Antes de prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal da Contratada, consultará o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, emitirá as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas, as quais serão juntadas aos autos do respectivo processo.

4.2. A concepção e elaboração do projeto de digitalização será realizado em conjunto pela Contratante e Contratada, em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega do plano de trabalho.

4.3. Os serviços serão demandados por **lotes mínimos de 50.500 páginas** de documentos digitalizadas e deverão ser executados conforme o cronograma abaixo:

Id.	Etapas	Entregas	Data	Responsável
1	Preparo, digitalização e indexação	Arquivo Central	Média estimada de 50.500 páginas digitalizadas e indexadas por lote	Contratada
2	Apresentação de relatório de imagens digitalizadas a cada lote e entrega da mídia	Arquivo Central	Após 30 (trinta) dias corridos da solicitação do lote	Contratada
3	Controle de qualidade do serviço de digitalização de cada lote recebido	Arquivo Central	Até 7 dias úteis após recebimento do relatório	Contratante
4	Execução de correções ou	Arquivo Central	Até 5 dias úteis após indicação das	Contratada

Id.	Etapa	Entregas	Data	Responsável
	ajustes no serviço, quando necessário		inconsistências	
5	Emissão de Nota Fiscal	TRE-SC	Na entrega definitiva do objeto (após a correção das inconsistências)	Contratada
6	Pagamento	TRE-SC	Até 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto	Contratante

4.4. Deverá ser apresentado **plano de trabalho** pela Contratada e elaborado projeto de digitalização em conjunto pela Contratante e Contratada, de acordo com o detalhamento a seguir.

4.4.1. Etapa 1. Apresentação de plano de trabalho

A Contratada deverá apresentar um plano de trabalho em **até 10 (dez) dias corridos** contados a partir da data de recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC, do qual deverá constar, pelo menos, os seguintes itens:

Equipe técnica;
 Etapas do projeto;
 Cronograma de ação;
 Proposta de testagem;
 Proposta de correção e ajustes; e
 Implantação.

4.4.2. Etapa 2. Concepção e elaboração do projeto

A concepção e elaboração do projeto de digitalização deverá ser realizado em conjunto pela Contratante e Contratada, em **até 5 (cinco) dias úteis** após apresentação do plano de trabalho da Contratada, definindo-se metodologia de trabalho e metadados a serem utilizados na indexação dos documentos.

4.5. A comunicação entre Contratante e Contratada deverá se dar entre o Gestor do projeto/contrato, indicado pela Contratante, e o representante do projeto indicado pela Contratada.

4.5.1. A comunicação será realizada através de correspondência oficial encaminhada através de *e-mail* ou outro meio em caso de impossibilidade técnica, como por meio de reuniões e mensagens eletrônicas, cabendo à Contratada e à Contratante informarem os seus respectivos endereços eletrônicos após a assinatura deste contrato.

4.5.2. Serão realizadas reuniões de trabalho entre a Contratante e a Contratada para a análise do desempenho desta e acompanhamento da execução contratual, sempre que houver necessidade, sendo as mesmas registradas em ata, as quais farão parte do processo atinente ao contrato.

4.6. O gestor do contrato manterá controle gerencial acerca das quantidades de colaboradores e da prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

5.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 124 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, **após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura**, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

6.1.1. O pagamento será devido a partir da data de início da prestação dos serviços.

6.1.2. No que concerne ao **recebimento provisório**:

a) a primeira conferência do serviço deverá ser realizada pela Contratada a partir da análise dos resultados obtidos nas etapas de digitalização e indexação dos documentos no que tange à qualidade da imagem capturada e quesitos de nitidez e legibilidade, bem como a sequência e integridade dos documentos gerados e a correção na inserção dos metadados no sistema informático do Tribunal;

b) o serviço de digitalização será recebido, a cada lote, mediante entrega, pela Contratada, da mídia gravada e apresentação de relatório das imagens digitalizadas e indexadas;

c) a partir do batimento do relatório fornecido pela Contratada, com as imagens indexadas no sistema, será realizado o **controle de qualidade** do serviço pela **Contratante**, em **até 7 (sete) dias úteis** a partir do recebimento do relatório, a fim de verificar eventuais inconsistências nesta etapa quanto às imagens digitalizadas que estiverem fora do padrão mínimo de qualidade ou tiverem sido indexadas incorretamente; e

d) realizadas **eventuais correções** pela Contratada, no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis** após indicação das inconsistências, o serviço será novamente avaliado pela Contratante e, estando em conformidade, será recebido provisoriamente e deverá ser emitida a nota fiscal para realização do pagamento.

6.1.3. O **recebimento definitivo** dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

6.1.4. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

6.1.4.1. Será pago o número de imagens digitalizadas em cada lote, **correspondendo uma imagem por página de documento**.

6.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

6.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura a comprovação da manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação.

6.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRE-SC efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRE-SC os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

6.5. Se ocorrerem **atrasos de pagamento** provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = $6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas correspondentes ao exercício em curso correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Elemento de Despesa - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Subitem 79 – Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional.

7.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO EMPENHO DA DESPESA

8.1. Para atender as despesas do exercício em curso, foi emitida a Nota de Empenho n. 2024NE001050, em 29/10/2024, no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

8.1.1. As parcelas de despesas a serem executadas em exercício futuro serão cobertas por créditos orçamentários e notas de empenho emitidas em época própria.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. O Contratante se obriga a:

9.1.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos nas Cláusulas Segunda e Sexta deste Contrato;

9.1.2. promover, por meio do **Gestor da Contratação**, o acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021, com o apoio da Equipe de Fiscalização.

9.1.2.1. A Equipe de Fiscalização do Contrato é composta por:

Titular ou substituto das unidades	
Gestor da contratação	Assessoria de Gestão da Informação (ADG-GI)
Fiscal técnico	Assistência de Gestão Documental e da Memória
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações

9.1.3. efetuar o recebimento definitivo no prazo fixado na subcláusula 6.1.3.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada ficará obrigada a executar o objeto proposto nas condições estipuladas no Termo de Referência do Edital do Pregão n. 90038/2024 e em sua proposta, e, ainda:

10.2. apresentar à Assessoria de Gestão da Informação (ADG-GI), em **até 10 (dez) dias corridos** a contar do recebimento deste contrato, devidamente assinado pelo representante do TRE-SC:

a) profissional com formação superior em Arquivologia responsável pela gestão da prestação dos serviços contratados; e

b) plano de trabalho, conforme detalhamento contido na subcláusula 4.4.

10.2.1. a concepção e elaboração do projeto de digitalização será realizada em conjunto pela ADG-GI e a Contratada em **até 5 (cinco) dias úteis** após a entrega do plano de trabalho;

10.2.2. os serviços serão demandados por **lotes mínimos de 50.500 páginas** de documentos digitalizadas e deverão ser executados num **prazo de 30 dias corridos**, observando o cronograma disposto na subcláusula 4.3;

10.2.3. os serviços deverão ser prestados no Arquivo Central do TRE-SC, no prédio dos Cartórios Eleitorais de São José/SC, na Rua Luiz Fagundes, s/n, esquina com a Av. Beira Mar de **São José/SC**;

10.3. disponibilizar equipe técnica qualificada e em número suficiente para garantir a execução do objeto deste contrato nos prazos estabelecidos na subcláusula 4.3, reservando-se a Contratante o direito de aceitar, bem como de rejeitar qualquer profissional apresentado pela Contratada e, em caso de rejeição, o profissional deverá ser imediatamente substituído pela Contratada por outro com habilidades técnicas equivalentes ou superiores;

10.4. fornecer à ADG-GI a relação nominal do pessoal técnico e administrativo que estará envolvido em todas as etapas de execução do projeto;

10.5. fornecer os equipamentos e materiais necessários à execução dos trabalhos de preparação, digitalização e indexação dos documentos;

10.6. no uso de equipamentos para a digitalização dos documentos, a Contratada deverá observar o seguinte:

a) escâneres de produção (A4): para documentos planos em páginas simples em bom estado de conservação, com utilização da alimentação automática;

b) escâneres de mesa (*flat bed* A3): para capas de processos e documentos maiores que A4, sem utilização da alimentação automática; e

c) ficam proibidos os escâneres de captura digital com mecanismo de alimentação automática para a digitalização de documentos cujo suporte é papel de seda, devido ao risco potencial de danos físicos ao documento.

10.7. formatar os computadores utilizados nos trabalhos de digitalização para exclusão do conteúdo gravado, concluídos os trabalhos;

10.8. fornecer os arquivos digitalizados e indexados de todos os documentos físicos objeto deste contrato, em mídias gravadas, conforme disposto na subcláusula 1.1:

a) havendo inconsistências nos arquivos fornecidos, verificados e apontados pela Contratante, após o controle de qualidade, a Contratada deverá refazer o serviço;

b) estando em mora a Contratada, o prazo para o refazimento do serviço não interromperá a multa por atraso prevista nesta contratação; e

c) em caso de refazimento do serviço correrão à conta da Contratada as despesas decorrentes da devolução e nova entrega do objeto, conforme prazo estabelecido na subcláusula 4.3.

10.9. elaborar relatório contendo informações sobre todos os arquivos gravados e entregues em HD, com identificação de seu respectivo conteúdo;

10.10. possibilitar o acesso dos servidores da ADG-GI em todas as etapas de desenvolvimento dos trabalhos e fornecer todas as informações necessárias para o acompanhamento do cumprimento dos termos deste contrato;

10.11. acompanhar a execução dos serviços assegurando o cumprimento das políticas, normas e procedimentos definidos pela Contratante, elaborando relatórios mensais e mantendo o Gestor do Contrato, indicado pela Contratante, informado de eventuais problemas que possam impedir o bom andamento dos serviços ou o cumprimento das metas definidas no projeto;

10.12. zelar pela guarda, integridade e ordenação dos documentos recebidos, devolvendo-os na mesma ordem e estado em que foram recebidos;

10.13. assegurar o sigilo e a segurança das informações que constam da documentação recebida, em todas as etapas da realização do serviço contratado, impedindo o acesso de terceiros e respeitando as legislações de proteção de dados pessoais;

10.14. não retirar das dependências do Arquivo Central os documentos manuseados, salvo em caso de necessidade específica – com autorização da Contratante –, com acompanhamento do Gestor do Contrato, correndo as despesas desse servidor por conta do TRE-SC;

10.15. cumprir os ditames da Resolução n. 9, de 06 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, no sentido de não contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal;

10.16. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRE-SC;

10.17. não ter em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, VI, da Resolução CNJ n. 7/2005);

10.18. não ter vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

10.19. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.20. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia anuência do TRE-SC; e

10.21. manter durante a execução deste Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 90038/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

11.1. A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas na subcláusula 11.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

11.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” da subcláusula 11.1.

11.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto na subcláusula 11.3.

11.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

- a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Contrato sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos

de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sem extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do contrato;

c) inexecução parcial do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

d) a inexecução total do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato.

11.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Edital.

11.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

11.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto na subcláusula 11.3.

11.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

11.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

11.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas na subcláusula 11.1, "b" a "e", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês; e

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

11.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas na subcláusula 11.1, "f" a "j", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) prestar declaração falsa durante a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

11.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.2.6. As sanções previstas nas subcláusulas 11.2.3 e 11.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Contrato, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

11.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” da subcláusula 11.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas na subcláusula 11.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;
- b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
- c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

11.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

11.2.9. A aplicação das sanções previstas na subcláusula 11.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

11.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” da subcláusula 11.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

11.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

11.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

11.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.5. A sanção estabelecida na subcláusula 11.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

11.6. Da aplicação das sanções previstas nas subcláusulas 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.6.1. O recurso de que trata da subcláusula 11.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.7. Da aplicação da sanção prevista na subcláusula 11.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1. O contrato poderá ser extinto nos termos da Lei n. 14.133/2021.

12.2. Nos casos de extinção, previstos nos incisos I, II e IX art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa, nos termos das alíneas “c” ou “d” da subcláusula 11.2.2, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas subcláusulas 11.2.3 e 11.2.4, quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado (18/07/2024), utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

14.1. É vedada às partes a utilização, para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

14.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo se decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

14.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

14.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Contratante, em razão da execução do serviço objeto deste Contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes e/ou empregados da Contratada, tais como número do CPF e do RG e endereços eletrônico e residencial, os quais receberão tratamento conforme a legislação, para o cumprimento das atribuições do Contratante.

14.5. A Contratada declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Contratante.

14.6. A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente relacionado a acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

14.7. A Contratada é responsável, no término do presente contrato, pela devolução dos dados ao Contratante ou pela sua eliminação, quando for o caso, não devendo armazená-los ou repassá-los a terceiros, salvo nas hipóteses de obrigação legal ou contratualmente previstas, devendo, em todo caso, observar os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados.

14.8. Quando for caso de eliminação dos dados, a Contratada deverá informar ao Contratante a realização do procedimento e a metodologia empregada, para confirmar a

destinação das informações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no prazo previsto pela Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes abaixo, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, 30 de outubro de 2024.

CONTRATANTE:

GERALDO LUIZ SAVI JÚNIOR
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

CONTRATADA:



Documento assinado digitalmente

MARCOS FELIPE CASTILHO

Data: 13/11/2024 08:09:48-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARCOS FELIPE CASTILHO
DIRETOR EXECUTIVO